

Nos interstícios da cultura: as contribuições da filosofia intercultural

In the interstices of culture: the contributions of intercultural philosophy

MAGALI MENDES DE MENEZES*



RESUMO – O presente trabalho tem como objetivo refletir a importância da Interculturalidade no campo da educação. Aprofunda-se, desse modo, o conceito de cultura em diferentes autores para, a partir do pensamento do filósofo cubano Raúl Fonet-Betancourt, refletir as contribuições da filosofia intercultural na educação. Quando pensamos desde os interstícios da cultura intencionamos provocar a reflexão para um tema que parece ter sido tão discutido por diferentes áreas do conhecimento, inclusive pela própria Educação. Contudo, pensar a cultura dentro do atual contexto em que vivemos nos exige fundamentalmente compreender a complexidade das relações entre as diversas culturas. A interculturalidade se apresenta assim como uma exigência ética de reconhecimento do outro onde o diálogo torna-se um exercício de justiça.

Palavras-chave – interculturalidade; filosofia intercultural; educação; diálogo

ABSTRACT – This study aims to discuss the importance of Interculturality in the field of Education. It delves so the concept of culture from different authors to the thought of the philosopher Raúl Fonet-Betancourt reflect the contributions of Intercultural Philosophy in Education. When we think about the interstices of culture, we aim to provoke reflection for a topic that seems to have been so widely discussed by various areas of knowledge, including Education itself. However, to think about Culture within the current context in which we live requires us to essentially understand the complexity of relationships between various cultures. Interculturality presents itself as an ethical demand of recognition of the other, in which dialogue becomes an exercise of justice.

Keywords – interculturality; intercultural philosophy; education; dialogue

INTRODUÇÃO

Problematizar significa sair da obviedade, ou seja, ao problematizarmos provocamos deslocamentos, olhamos para o que parece comum, buscando o estranhamento, a desacomodação. Deixamos nossos lugares de certezas para adentrar mundos que nos exigem sensibilidade para estranhar e desacomodar. É a partir desta perspectiva que procuraremos discutir a questão da Interculturalidade no contexto da Educação. Quando pensamos desde os interstícios da cultura intencionamos provocar este olhar de estranhamento para um tema que parece ter sido tão discutido por diferentes áreas do conhecimento, inclusive pela própria Educação. Contudo, pensar a Cultura dentro do atual contexto em que vivemos nos

exige fundamentalmente compreender a complexidade das relações entre as diversas culturas que, de certa forma, evidenciam a necessidade de analisar a abordagem da existência de uma ‘fronteira cultural’, por vezes escorregadia. Esta complexidade também atravessa a própria análise teórica quando percebemos os inúmeros significados que o conceito de Cultura assume.

Este novo cenário poderia sugerir uma maior abertura para o diálogo (tanto das ciências como dos povos), onde os exílios contemporâneos nos obrigam a aprender formas outras de compreensão, comunicação, de estar no mundo. Mas o que se percebe é uma resistência e violenta hostilidade ao estranho, ao outro. Nesse sentido, Fonet-Betancourt (2004) nos diz que não é suficiente um diálogo entre culturas, o mais urgente é um diálogo de *situações*

* Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS, Brasil) e Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <magalimm@terra.com.br>.

Artigo recebido em agosto de 2010 e aprovado em junho de 2011.

humanas, ou seja, uma reflexão profunda sobre o *locus* e as significações construídas por sujeitos concretos com memórias e desejos capazes de ressignificar os lugares onde estão situados. Partindo dos deslocamentos visíveis – que obrigam diferentes grupos humanos a viverem o êxodo – aos rearranjos dos mapas sociais, percebemos que pensar a cultura nos coloca a tarefa difícil de penetrar neste universo móvel. “É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento do domínio da diferença – que as experiências subjetivas e coletivas de *nação*, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”, comenta Bhabha (2007, p. 20). O discurso sobre a interculturalidade surge destas negociações, da ideia frágil de uma “fronteira cultural”, espaço este sempre deslizante na visão de Bhabha, pois os *entre-lugares* propostos na reflexão intercultural desafiam a imobilidade das identidades e do próprio discurso sobre a diferença (onde a condição identitária se vê, muitas vezes, apenas travestida de novas roupagens). Será a partir do discurso da diferença, por exemplo, que o debate sobre a inclusão assume um espaço significativo na sociedade contemporânea. Atravessando espaços diversos, a inclusão é permeada pela necessidade de tolerar o outro sem, no entanto, problematizar o contexto em que a própria ideia de diferença é produzida. Será na fragilidade do discurso da tolerância que se torna urgente pensarmos outras formas de diálogos. A interculturalidade se apresenta assim como uma exigência ética de reconhecimento do outro onde o diálogo torna-se um exercício de justiça.

ALGUMAS PERCEPÇÕES SOBRE A CULTURA

Para melhor compreender a importância da Interculturalidade no contexto da Educação, faz-se necessário analisarmos, primeiramente, o(s) sentido(s) de cultura. As palavras, como comentam os teóricos dos estudos culturais, expressam campos de lutas, de tensões e os significados que prevalecem (que vencem as batalhas, pelo menos provisoriamente) são frutos de diferentes embates. As palavras são construções históricas, por isso emergem de contextos, de sujeitos concretos, não sendo entidades etéreas, arcaísmos aonde ingenuamente vamos aprendendo a respirar, a nos comunicar e dizer o mundo. As palavras nos impõem um modo de olhar e organizar nossos pensamentos. “Assim, em toda cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser” (FOUCAULT, 1981, p. 11). Portanto, falar de cultura significa falar desta história de luta, de seus diferentes significados, e ao mesmo tempo, da opção que fazemos quando assumimos compreensões, ou a tarefa de novamente ressignificar os

conceitos, subvertendo modos de ser, para que possamos nos comunicar com o Outro.

Cultura é uma dessas palavras que possuem uma variedade de significados (não somente na língua portuguesa). Basta olharmos, por exemplo, o dicionário Houaiss, que encontraremos presente pelo menos 17 significados a este vocábulo. Esta complexidade acompanha o uso que diferentes áreas do conhecimento (Antropologia, História, Filosofia entre outras) fazem da palavra cultura. Palanca (2000) comenta que entre os anos 1906 a 1916 encontramos cerca de 6 significados de cultura. Este número cresce de uma forma espantosa entre os anos de 1920 e 1950 em que é possível encontrar 150 novos significados de cultura. A pensadora destaca, no entanto que a pluralidade de sentidos nos põe diante da dificuldade de falarmos sobre cultura, incorrendo muitas vezes, em uma superficialidade teórica. Para tanto, Palanca destaca alguns paradigmas que nortearam a preocupação teórica pela construção de uma concepção “forte” de cultura.

O primeiro paradigma que norteia a percepção de cultura é chamado *configuracional*. Este paradigma nos permite falar das diferentes vivências culturais levando em consideração alguns traços que são fundamentais nesta percepção de cultura, ou seja, os sujeitos compreendem o espaço, o tempo, a identidade/diferença e, destarte, a ideia de fronteira. Segundo a autora, toda e qualquer cultura possui uma percepção sobre estes pontos. Entender a cultura é, portanto, compreender como cada uma destas dimensões é percebida e fundamentalmente, vivida pelos grupos humanos. Muitas ciências, principalmente a Antropologia, vão buscar compreender estes aspectos apresentando a cosmovisão, organização e vivências que compõe as identidades dos grupos, comunidades e povos. No entanto, falarmos de identidade também é nos remetermos a outro conceito de difícil compreensão. Quando culturalmente vamos identificando grupos, isto não significa necessariamente uma unidade interna. Em um mesmo grupo, por exemplo, podemos perceber formas diversas de compreender o tempo. É sob este aspecto que, muitas vezes, a Cultura aparece como sinônimo de tradição, isto é, como um traço que impõe unidade, define as fronteiras, visando perdurar e manter-se independente da heterogeneidade das experiências. Mas esta questão não é simples, pois, ao mesmo tempo em que, reconfigura a ideia de cultura, permeando-a por diferenças, também nos coloca diante do desafio de pensarmos as inúmeras culturas que foram (e ainda são) violentadas, sofrendo o risco de desaparecerem completamente da história. A vida de muitas pessoas, parece justamente depender do resgate dos traços culturais, daquilo que as identifica. Assim quando, por exemplo, vemos na Bahia, e em muitos outros lugares, a recuperação da cultura negra, percebemos sujeitos que diante da tradição preservam

uma memória coletiva, mas também pessoal. É a memória da vida que se mantém nesses traços, mostrando sujeitos que nesse movimento de resgate, também reinventam seus símbolos, (re)criando a si mesmos.

Outro paradigma que destacamos é o denominado *linguístico fundante*. Este paradigma leva em consideração os aspectos semânticos do conceito de cultura. Inicialmente, a palavra cultura esteve associada a agricultura, do latim, *colere*, que significa cultivar. Com o passar do tempo, o cultivo da terra tornou-se metáfora para pensar o cultivo da alma. “Se observa que, tanto no caso latino como grego, a cultura é principalmente uma *propriedade interior* característica da personalidade, fazendo referencia a um *crescimento progressivo* – *cultivação* ou *humanização*” (PALANCA, 2000, p. 35).

Este paradigma nos conduz a pensarmos outro, denominado de *linguístico conceitual*. Dentro deste aspecto fazemos referência ao sentido de cultura na língua francesa e alemã, pois de alguma forma, estas compreensões influenciaram fortemente a visão do ocidente sobre a cultura. Elias (1994) faz uma interessante reflexão sobre esta história, mostrando que na França, cultura (*culture*) era associada a *civilização*; enquanto que na Alemanha a palavra que melhor expressava este sentido era *kultur*: cultura e civilização em ambos os contextos assumem aspectos diversos. Elias diz que o conceito de civilização, depois de vários desdobramentos,

expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo [...]. Com esta palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo (ELIAS, 1994, p. 23).

Civilização, desse modo, representa um processo, um movimento que ultrapassa o limite de uma nação ou povo. Civilização nos conduz a ideia de uma racionalidade, de um modo de ser em que, ser civilizado é muito mais do que ser francês ou alemão, é uma condição humana que todos devem perseguir. Por outro lado, *Kultur* destaca os aspectos particulares de um povo, a consciência que um povo tem de si mesmo, o que Norbert Elias, chamará de auto-imagem. Estas diferenças de percepções devem ser compreendidas a partir da história desses países. Durante muito tempo, a França serviu de referência a outras regiões. Falar e escrever em francês era um hábito que a nobreza buscava preservar, era desse modo, que se almejava alcançar um grau maior de “civilidade”. No Brasil era frequente o envio de filhos da nobre para estudar na França. Isto se explica em parte porque a Alemanha do século XVII era extremamente pobre em relação a França e a Inglaterra. Será dentro deste contexto político e cultural, que a França se expande e coloniza

mais terras antes que a Alemanha. Aos poucos os alemães fortalecem sua *Kultur* e pensadores como Kant e Goethe são fundamentais neste processo. Todavia, este movimento iniciado na burguesia, entre os intelectuais, concedendo inclusive o reconhecimento da universidade alemã como um espaço de excelência no saber, não encontra eco nos setores políticos da sociedade. Com o passar do tempo, civilização e cultura se confundem e o que inicialmente representava um aspecto social vai se transferindo para a visão de nação. Quando a Europa começa a impor aos povos não-europeus sua cultura, inicia-se o processo civilizatório. Civilização passa representar então um estágio social que visa derrotar a barbárie.¹ Podemos perceber o quanto esta visão ainda está presente quando observamos que a ideia mesmo que fazemos daquele que é “culto” está associada a possibilidade ou não deste indivíduo assimilar os conhecimentos estabelecidos socialmente como corretos e melhores. Neste sentido, a escola desempenha uma função importante quando propagada certos conhecimentos, legitimando uma visão de cultura, distinguindo assim conhecimentos que são superiores a outros.

Esta reflexão reforça uma visão de cultura que, a partir de uma perspectiva marxista, surge como um mecanismo ideológico, que visa manter uma ordem, apregoando um modo de ser e pensar capitalistas. Um dos sustentáculos do capitalismo encontra-se na sua capacidade de introjetar-se no modo de ser das pessoas, “vendendo” a ideia de que somos livres a medida que somos capazes de pagar por esta liberdade.

Diante de tantas possibilidades de entender a cultura optamos pela compreensão de que cultura é a forma como significamos o mundo e a nós mesmos. Este processo, no entanto não é solitário, é coletivo, feito de encontros e desencontros com o outro. Ao produzirmos significados, vamos também sendo produzidos. Como então falarmos de cultura sem nos remetermos a Intercultura, ou seja, como diferentes modos de significação e sentidos se interseccionam? De que forma estes encontros podem produzir significados capazes de dialogarem? Este é o desafio de pensarmos a Interculturalidade e acreditamos que a Educação só tem sentido se for pensada como o espaço possível deste diálogo.

NOMADISMOS: PESSOAS E CONCEITOS QUE SE DESLOCAM

A tarefa de pensarmos o contemporâneo tem se mostrado um exercício complexo, pois falamos a partir de um tempo no qual estamos profundamente implicados. Mas ao mesmo tempo, qual pensamento não é implicativo, pois ao pensarmos o passado não estamos a olhar para uma realidade que está pronta e acabada; olhamos o passado

como algo que está sendo constantemente ressignificado. Assim, todo pensar nos coloca para dentro dele mesmo, ao lermos o mundo vamos lendo-nos, tecendo tanto aquilo que olhamos como nosso próprio olhar.

São muitos os pensadores e pensadoras que falam de nosso tempo como um tempo de crise. Muitas certezas inauguradas na modernidade encontram-se fragilizadas nesse momento denominado de pós-moderno (por falta de um termo melhor). As chamadas metanarrativas que serviram de molas propulsoras de um estado de ordem perdem o sentido, não porque passam a serem substituídas por outros sentidos, mas porque a ideia mesma de sentido se esvazia. Sentido entendido aqui como algo que fundamenta, define, caracteriza e identifica. Universais tais como progresso, família, pátria e a própria ideia de humano são vistos como violências totalitárias que impedem a emergência do nômade, daquele que se desloca, se desterritorializa e em sua errância não assume um lugar (nem ao menos um não-lugar como sugere ainda as grandes utopias), pois o espaço e tempo se reconfiguram. O nomadismo percebido não somente pelos movimentos migratórios, mas como um fenômeno de não identificação com o uno, em que grupos, tribos, identidades formadas não são mais capazes de nos traduzir.

Será nesse lugar (sempre provisório) que pensamos a Educação e a cultura. Dentro desta perspectiva, entendemos educação não apenas como escolar, historicamente legitimada, que anuncia a importância de alguns saberes em detrimento de outros; falamos da educação como lugar de comunicação, onde a partir dos encontros produzimos saberes diversos, significamos o mundo e nossa própria existência.

Portanto, pensar a Educação como possibilidade de socialização e de comunicação, torna-se uma tarefa difícil diante de um tempo que parece ter perdido a esperança do encontro. Não há mais o que esperar, pois a espera sugere um porvir e vivemos na exaustão do presente. É necessário pensarmos os encontros, para além da imagem dos agrupamentos humanos, ligados pela contingência da cultura, da linguagem, dos signos. É necessário reinventarmos nossas relações, não para cairmos em outros modelos de relações, mas para nos abriremos ao inesperado, ao Outro que sempre, de alguma forma, irrompe qualquer modelo. A Educação de alguma forma nos remete a pensarmos espaços de convivência, onde construímos relações que são diversas, nos comunicamos, isso envolve rituais de escuta e fala, sentidos (compreendido aqui tanto como significação quanto como corpo que sente). Mas a Educação (e não falamos apenas da escola, podemos citar muitos outros espaços) tem se apresentado como um espaço de difícil convivência que nos faz refletir sobre a nossa capacidade enquanto humanos de conviver com o Outro.

Para aprofundar tais reflexões recorreremos aqui aos debates que vem sendo feitos por diferentes pensadores/as dos estudos Interculturais. Entre os muitos desafios que a interculturalidade nos coloca, está pensar a Educação para “além de suas fronteiras”, ou seja, revermos a própria forma como organizamos nosso conhecimento, onde as fronteiras entre as ciências parecem demarcar terrenos e assegurar verdades. Pensar a interculturalidade significa, portanto colocarmos em diálogo diferentes áreas do conhecimento.

Segundo Raúl Fonet-Betancourt, um dos principais representantes da filosofia intercultural, começamos com a tarefa difícil de conceituar a Interculturalidade. Toda e qualquer pergunta pelo sentido de algo já nasce dentro de um contexto cultural determinado.

a definição do intercultural pode significar uma pergunta cuja universalidade não deva dar-se por suposta pois já é uma pergunta demasiadamente “ocidental”, uma pergunta que se inscreve na lógica científica do Ocidente enquanto uma cultura que está baseada em grande parte na ‘arte’ do saber definir e classificar (FORNET-BETANCOURT, 2004, p. 9).

Neste sentido, as reflexões sobre a interculturalidade poderão trazer contribuições significativas para analisarmos como construímos nossos problemas e nossos discursos dentro da Educação no que diz respeito à diferença, à inclusão, às fronteiras entre as ciências entre tantas outras temáticas que a interculturalidade nos indica a pensar. A interculturalidade intenta desta forma, promover uma reflexão profunda sobre a pluralidade dos saberes produzidos pela humanidade e de que maneira estes saberes penetram a realidade da universidade e nos permitem repensar a forma como produzimos conhecimento e como isto tem implicações prático-políticas.

Para tanto, não há um caminho já traçado que nos indique como os diálogos interculturais tornar-se-ão viáveis. Neste paradoxo de buscar pistas possíveis de concretização desses diálogos nos deparamos com a necessidade de pensar a interculturalidade no exato momento em que ela se constrói, ou seja, como comenta R. Panikkar (2002), o método adequado para pensarmos a interculturalidade é o “diálogo dialogal”, onde *a priori* não definimos regras nem formas de diálogo, mas nos propomos a dialogar na abertura extrema ao outro que fere a toda representação.

Vivemos em um tempo onde a ideia de um território globalizado nos vende a ilusão que a comunicação entre comunidades diversas torna-se realidade. No entanto, o que percebemos é uma hegemonia construída através da “estandardização da cultura”, onde imagens como McDonald, a imposição de uma língua como sendo

universal, de um modelo de racionalidade, acabam dando o real sentido da globalização. Para Mattelart (2002) a localização no centro, pelas forças do mercado em expansão, nos grandes conglomerados urbanos, apoiou-se em uma ideologia: o tecnoglobalismo. “Esta visão particular do todo-planetário contribui para mascarar os meandros da complexidade do real: as novas formas de interação e de transação do nível mundial” (MATTELART, 2002, p. 391).

QUESTÕES PARA O DEBATE: A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL PROBLEMATIZANDO A CULTURA DA EDUCAÇÃO

São muitas as questões que emergem deste contexto, mas o problema central para nós é pensarmos sob que condições se fazem possíveis os diálogos interculturais, tendo como referência o campo da Educação. Será nesta perspectiva que nos perguntamos: que entre-lugares ainda são possíveis dentro de uma sociedade que já demarcou tão bem seus espaços e formas de “convivência”? De que forma as instituições sociais, tais como a escola, a universidade e o terceiro setor, enquanto um espaço difuso de organização social, vem pensando e experienciando a interculturalidade? Que sujeitos emergem desses entre-lugares e como os diálogos interculturais contribuem na releitura da própria ideia de cultura e de conhecimento? Tais questões são relevantes por compreendermos a interculturalidade como uma categoria conceitual que implica necessariamente repensarmos as representações que fazemos dos outros, a visão hierarquizada e purificada das culturas, do poder e do conhecimento. Desse modo, a relação entre educação e cultura se amplia, pois não se limita a uma reflexão dos conteúdos culturais, ultrapassando assim uma visão multiculturalista que reconhece somente o valor intrínseco de cada cultura. Como também não se limita a pensar a Educação apenas como um espaço escolar, que privilegia determinados saberes e modos de produzir conhecimento. Pensar a partir da interculturalidade é propor diálogos que buscam a construção de relações recíprocas, de respeito ao saber que vem do outro numa atitude de escuta e interlocução com estes saberes. É pensar também questões relevantes que interferem no cotidiano de diferentes comunidades que reconstróem o conhecimento e modificam as relações sociais.

Dessa forma, torna-se necessário questionarmos sobre como é possível falar de uma proposta de Educação Intercultural sem começarmos a (re)pensar de que forma educamos os futuros educadores dentro de nossas universidades. Como são organizados nossos currículos (a que sujeitos estão endereçados)? Que tipo de conhecimento se produz neste espaço e de que forma ele é capaz de promover o debate sobre a interculturalidade?

Estas são questões centrais e acreditamos que abertura para este debate contribui para pensarmos a interculturalidade não como uma disciplina, mas como uma temática que deve transversalizar os debates educacionais, promovendo uma ‘descolonização’ de nossos modos de compreensão, de relação humana e com o planeta em que vivemos.

Levamos a hipótese de que nossas universidades (pressionadas muitas vezes por projetos políticos mais amplos) se encontram ainda arraigadas a modelos de formação de educadores distante da emergência do diálogo intercultural, como promotor da pluralidade. Mesmo trazendo a tona o discurso da Diferença, a problemática da inclusão acaba associando a diferença ao diferente, corporificando literalmente as diferenças e solidificando-as em identidades sociais. Para Fornet-Betancourt (2004, p. 60),

O ensino acadêmico que devemos examinar em uma perspectiva crítica, está regulado em grande parte, por planos de estudos cujos conteúdos nucleares não apenas refletem a “cultura científica” da sociedade hegemônica de ontem e de hoje, como que apontam a manutenção das condições epistêmicas necessárias para a perpetuação do conhecimento ou, dizendo com maior propriedade, do ideal do conhecimento que a sociedade hegemônica vende como universal.

A reflexão sobre a interculturalidade nos exige refletirmos sobre a relação entre os modos de fazer pesquisa dentro das universidades, que necessita ser visto desde perspectivas científicas e culturais diversas. No nível do Ensino, principalmente no ensino superior, temos o desafio de pensarmos à construção das linhas de diretrizes pedagógicas para a aprendizagem e o preparo dos professores ao ensino da interculturalidade. Este desafio implica num desdobramento do verdadeiro papel da universidade. Que se possa resgatar sua dimensão histórica que está nas suas origens quando se cria a *universitas* dos saberes e quando se procura uma transdisciplinaridade e uma pronta superação dialética do pensamento único e absoluto.

São muitas as questões que surgem e temos muitos ainda a pensar. Acreditamos, no entanto que a Interculturalidade apresente interrogações e novas perspectivas diante de um contexto em que perdemos a memória, a possibilidade do diálogo e a riqueza dos saberes.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: USP, 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FORNET-BETANCOURT, Raul. La interculturalidad a prueba. Aachen: Revista **Concórdia**, Band 43, 2006.

_____. **Interculturalidade, críticas, diálogos e perspectivas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma hierarquia das ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

PANIKKAR, R. In: ARNAIZ, Gonzalo. **El discurso intercultural**: prolegómenos a una filosofía intercultural. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002.

SIDEKUM, A.; HAHN, Paulo (Org.). **Pontes interculturais**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2007.

PALANCA, Diana de Vallescar. **Cultura, multiculturalismo e interculturalidad**: hacia una racionalidad intercultural. Madrid: OS Editorial, 2000.

NOTA

¹ Bárbaro, etimologicamente, designava na Grécia todo povo estrangeiro, não-grego. Posteriormente, para os romanos, bárbaro significará “incivilizado”.